

A quem serve a História? Livros de popularização da História de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012*

To Whom is History Useful? Popular History Books about Mato Grosso, Brazil, 1990-2012

¿A quién le sirve la Historia? Libros de popularización de la Historia de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012

AUTORA

Ely Bergo de Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
elycarvalho@ufmg.br

A História, como disciplina, ainda é frequentemente pensada como estando isolada de questões ambientais. A pesquisa busca compreender as representações de natureza presentes nos livros de popularização da História do estado de Mato Grosso, Brasil, publicados entre 1990 e 2012. No material referido emerge uma identidade regional que pode ser agenciada para legitimar projetos da nova elite política local, mas também de grupos como quilombolas e indígenas que lutam pela apropriação do mundo natural. A forma como o passado e o presente estão conectados nas lutas pela apropriação da natureza mostra como a História desempenha um papel ativo na luta pela memória social e pela legitimação ou deslegitimação da apropriação do mundo natural. Assim, a pesquisa busca iluminar os fios de ligação do ofício do historiador com o ambiente.

Palavras-chave: **Livros de Popularização da História; Identidade Regional; Historiografia; Educação Ambiental.**

RECEPCIÓN

12 de agosto de 2014

APROBACIÓN

23 de octubre de 2014

DOI

**10.3232/RHI.2014.
V7.N2.02**

History, as a discipline, is still often thought of as being isolated from environmental themes. This research looks to understand the representations of nature that were found in the popular history books about the history of the state of Mato Grosso, Brazil between 1990 and 2012. Within this material emerges a regional identity that can be used to legitimize the projects of the new political elites but also those from mestizo and indigenous groups that fight for the appropriation of the natural world. The way the past and the present are connected in the fights for the appropriation nature show how History plays an important role in the fight for social memory and for the legitimization or the delegitimization of the appropriation of the natural world. This is how this research looks to illuminate the connecting strands of the historian's role with the environment.

Key Words: **Popular History Books; Regional Identity; Historiography; Environmental Education.**

La Historia, como disciplina, aún es frecuentemente pensada como si estuviera aislada de cuestiones ambientales. La investigación busca comprender las representaciones de la naturaleza existentes en los libros de popularización de Historia del estado de Mato Grosso, Brasil, publicados entre 1990 y 2012. En dicho material emerge una identidad regional que puede ser utilizada para dar legitimidad a los proyectos de la nueva élite política local, pero también de los grupos como los mestizos e indígenas que luchan por la apropiación del mundo natural. La forma como el pasado y el presente están conectados en las luchas por la apropiación de la naturaleza muestra cómo la Historia desempeña un papel activo en la lucha por la memoria social y por la legitimización o la no legitimización de la apropiación del mundo natural. Así, la investigación busca iluminar los hilos conectores del oficio del historiador con el medio ambiente.

Palabras clave: **Libros de Popularización de Historia; Identidad Regional; Historiografía; Educación Ambiental.**

Introdução

Ao produzir um passado, invariavelmente tenta-se imprimir neste elementos que justifiquem projetos de futuro, os quais, em geral, implicam em acesso diferenciado e desigual ao mundo natural e posições hierarquizadas em diferentes configurações sociais, que no processo de disputa reinventam identidades e sujeitos¹. Nessa perspectiva é que esta pesquisa está inserida, ao buscar entender como dada memória foi produzida sobre o que é a natureza e a população de Mato Grosso, e como essas memórias são articuladas e articulam algumas identidades, que são constituídas a partir de projetos. Ou seja, a pesquisa busca compreender as representações de mundo natural e de mato-grossense presentes nos livros de popularização da História do estado de Mato Grosso, Brasil, publicados entre 1990 e 2012.

Os livros de popularização da História de Mato Grosso

Os historiadores são agentes ativos na luta de representações da construção da memória social e, conseqüentemente, da natureza. Apesar de os historiadores não deterem o monopólio sobre a memória social muito pelo contrário, constituem apenas uma pequena parte dos investimentos na produção do passado muito pelo contrário, constituem apenas uma pequena parte dos investimentos na produção do passado-, possuem, sem dúvida, legitimidade para falar sobre o tempo pretérito. No caso de Mato Grosso, a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso -IHGMT, em 1919, assinala o grande momento de sistematização da construção de uma memória social e de uma identidade regional mato-grossense por historiadores, mesmo que não profissionais².

Todavía, o primeiro livro amplamente utilizado no ensino escolar da História de Mato Grosso foi intitulado *Quadro Chorographico de Matto Grosso*, publicado em 1906 por Estevão

de Mendonça. Esse autor posteriormente seria um dos fundadores do IHGMT, mas o trabalho mencionado já era emblemático de um modelo interpretativo e de ensino da História de Mato Grosso que seria constituído no interior do Instituto.

Na Primeira República as elites não conseguiam manter uma ordem política dentro das normas liberais. Para combater os confrontos armados entre os coronéis locais houve um grande investimento simbólico na construção de uma identidade regional, em especial a partir do governo do bispo e presidente da província Francisco de Aquino Correa (1918-1922), fundador do IHGMT. Para combater a imagem negativa de que Mato Grosso era um lugar bárbaro e atrasado, as elites regionais apostaram no “mito bandeirante” e construíram uma identidade regional do mato-grossense como sucessor dos heroicos bandeirantes que conquistaram aquelas terras para o reino de Portugal. Dessa forma, o mato-grossense é apresentado como um eterno defensor da nação e da civilização em meio à barbárie e às nações inimigas³.

Em tal chave interpretativa da identidade mato-grossense, o povo era algo a ser silenciado. Trata-se de livros com uma História cronológica linear, uma História política e bastante factual. Uma História “vista de cima”, dos grandes homens. A elite aparece com nome e sobrenome nos livros; já a população em geral é pouco mencionada, e quando isso ocorre é identificada como “o povo”, uma homogeneização típica da construção moderna de identidades nacionais. Nem mesmo os elementos de cultura popular foram folclorizados e transformados em matéria-prima para construção de identidade, diferentemente, por exemplo, do que aconteceu com os indígenas entre os românticos do século XIX no Brasil. Em Mato Grosso os grupos populares e suas expressões culturais foram silenciados nos livros de divulgação da História de Mato Grosso produzidos por membros do IHGMT⁴.

O mundo natural é representado nas páginas dos livros como um inimigo ou um obstáculo. A História de Mato Grosso é apresentada como uma “epopeia”. Ora, a estrutura narrativa de uma história heroica grandiosa necessita de um inimigo a ser combatido. Como é possível um herói sem um vilão? O mundo natural é um dos elementos da narrativa que cumpre tal função. Rios, mosquitos, densa floresta e indígenas eram inimigos a ser vencidos para transformar alguns personagens em “heróis civilizadores”. Outra forma como a natureza era significada nos livros em tela era pelo silenciamento. É importante constar que, mesmo sendo um material ligado a um discurso nacionalista e ufanista regional, não havia uma representação de exaltação romântica da natureza nas páginas dos livros de divulgação da História de Mato Grosso de autores ligados ao IHGMT, de forma que seria esperada uma exaltação da natureza mato-grossense nas páginas dos livros citados. No entanto, praticamente não há tal elemento nos livros. As narrativas e a iconografia dos livros são basicamente urbanas. Diante da pecha de lugar incivilizado, os livros mostravam um mundo urbano⁵.

Tais representações do povo e da natureza mato-grossense estavam vinculadas e legitimavam um projeto modernizador, que deslegitimava o acesso de grupos, hoje tidos como “tradicionais”, ao acesso dos recursos naturais, por entendê-los como portadores do atraso e da degradação do mundo natural. A abordagem dessas obras permite entender como a História ajudou a construir e legitimar uma dada relação devastadora do ambiente, hegemônica naquele

momento. O dilema enfrentado pelos “guardiões da memória” de Mato Grosso, na segunda metade do século XX, era como exaltar o papel civilizador/modernizador do “mato-grossense” e, ao mesmo tempo, corroborar um processo modernizador que excluía grande parte da população autóctone. Silenciar sobre a maioria da população do estado e sobre o mundo natural (mesmo que fosse para exaltá-lo de forma nativista) foi a estratégia utilizada no material de divulgação da História de Mato Grosso para lidar com tal dilema⁶.

O lugar social⁷ que tem a hegemonia da enunciação da História de Mato Grosso foi deslocado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso –IHGMT- para as universidades, mais especificamente para a Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT. Criada por decreto em 1970, tornou-se a principal instituição de pesquisa em História da região. Hoje há apenas três cursos presenciais de graduação em História em Mato Grosso: dois na UFMT (Campus de Cuiabá e Campus de Rondonópolis) e um na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT (Campus de Cáceres).

Todavia, foi gradual o processo pelo qual o lugar legítimo para a enunciação da História de Mato Grosso transferiu-se para a universidade. A Universidade Federal de Mato Grosso, desde 1976, possui o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), instituição importante na pesquisa da História Regional, mas apenas em 1979 criou o curso de Graduação em História. Em 1999 passou a oferecer um programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, inicialmente apenas o Mestrado e, desde 2011, também o curso de Doutorado em História.

Na década de 1980 a História da UFMT possuía como uma de suas “linhas de pesquisa” a “Elaboração de material didático instrucional de História de Mato Grosso para o ensino de 2º grau”⁸. Foi nesse contexto que uma das professoras da UFMT, uma paulista que migrou para Cuiabá no início da década de 1980, foi convidada a escrever um livro sobre a História de Mato Grosso para ser utilizado nas escolas. A primeira versão foi uma publicação apostilada em 1989. Por meio de um acordo com a Secretaria Estadual de Educação e com a colaboração de duas outras professoras ligadas à secretaria, em 1990 foi publicado o livro *O processo histórico de Mato Grosso*⁹. Para a historiografia regional tal publicação significou uma “aproximação mais consistente entre o saber acadêmico e o saber escolar, para além dos muros da UFMT”¹⁰.

No citado livro as autoras esclarecem: “Elaboramos este livro para estudantes e professores de História e o dedicamos ao povo mato-grossense, por nascimento ou opção, que aqui viveu e vive construindo, com seu cotidiano, a História deste Estado”¹¹. Um livro de inspiração marxista, não um marxismo ortodoxo, mas um adaptado ao Brasil, próximo de Caio Prado Júnior. E ainda com uma grande influência dos autores ligados ao IHGMT, que haviam estabelecido a interpretação até então hegemônica da História regional. O livro foge da cronologia linear e propõe dividir a História do estado em quatro “unidades temáticas”: sistemas produtivos, movimentos sociais, fronteira abastecimento e questão indígena. Apesar de já haver livros de popularização ligados ao IHGMT que fugiam da narrativa organizada a partir da lista de governadores, não fugiram de uma narrativa estruturada em uma História política oficial. Ora, a proposta das autoras rompia com uma narrativa pautada na política e de cronologia linear. Tanta novidade inclusive dificultou a adoção do livro pelos professores, como explica uma professora do ensino básico entrevistada que utilizou tal livro, para quem ele rompia com o que “eles estavam acostumados”¹².

Elizabeth Madureira Siqueira¹³ é autora de um segundo livro de popularização da História do estado: *Revivendo Mato Grosso*. Na apresentação, o Secretário de Estado da Educação, Fausto Faria, esclarece que a obra é um “documento idealizado como parte da Política Educacional para o período 95/98, que fez uma opção clara pelo fortalecimento da escola”¹⁴. Tal governo foi o primeiro mandato de Dante de Oliveira, célebre por sua proposta de emenda constitucional pelo voto direto para presidente da república, a “Diretas Já”.

Esses primeiros livros produzidos resultavam de uma aliança. De um lado, uma proposta da academia de difundir sua forma de conceber a História de Mato Grosso, validando regionalmente sua posição de enunciadora do discurso legítimo da História de Mato Grosso e, ao mesmo tempo, realizando o que a academia pensa ser sua função social, ao informar o ensino da História e, portanto, atuar na luta pela produção da memória social. De outro lado, o governo estadual, com uma política de governo inspirada ainda pelos ares democráticos da pós-ditadura, preocupado em construir uma sociedade (e uma História) mais democrática e com uma política de memória e de identidade diferente da até então hegemônica em que predominaram os trabalhos vinculados ao IHGMT.

Elizabeth M. Siqueira é, na atualidade, presidente do IHGMT, o que pode indicar uma certa continuidade e colaboração entre as duas instituições. Todavia, tal deslocamento de recursos de poder em geral não ocorre de forma pacífica. Em um artigo de 1976, Rubens de Mendonça defende o IHGMT de críticas feitas à instituição na imprensa de ser “antediluviano, petrificado e dinossáurico”, que “nada mais produziu a não ser reuniões para estéreos serões literários”¹⁵. Em defesa do IHGMT, Mendonça lembra dos grandes nomes do Instituto, sua produção historiográfica e a falta de recursos do governo estadual para manutenção do acervo. Sobre a atuação do Centro de Documentação Histórica da UFMT, Mendonça afirma que “não é contra e nem a favor”¹⁶.

O predomínio incontestado da UFMT, e da academia em geral, foi instalado na década de 1990. Todavia, para além da academia, um outro fator importante começou a influenciar o circuito de produção de material de popularização da História de Mato Grosso: o mercado editorial. “No decorrer dos anos 80 e 90, houve uma ampliação do número e do tipo de publicações de livros paradidáticos. Os especialistas do meio acadêmico, atraídos pela lógica do mercado, aliaram-se às editoras, buscando “socializar” o chamado saber histórico erudito”¹⁷.

O terceiro, e atual, livro de popularização da História de Mato Grosso de Elizabeth M. Siqueira é intitulado *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, de 2002. Segundo a autora, os editores tinham em mente publicar a obra para suprir uma demanda por parte da Secretaria Estadual de Educação. Todavia, tal demanda de livros da História de Mato Grosso para as escolas não se realizou em virtude de uma mudança de governo, com o fim do segundo mandato de Dante de Oliveira (1999-2002). Mesmo assim, o investimento no livro foi considerado satisfatório, então a editora Entrelinhas de Cuiabá propôs outra edição da obra¹⁸. O mercado editorial vai assumir um papel cada vez mais importante na condução do tipo de publicação em tela.

O concurso vestibular e outros concursos públicos em que eram cobrados conteúdos de História e Geografia regional levaram à criação de uma demanda de material didático para escolas, cursos preparatórios e para o estudo individual. Visando atender tal demanda, a partir do final da década de 1990, uma série de obras “didáticas” de História de Mato Grosso foi criada. Os autores dessas obras invariavelmente têm formação acadêmica na área, fundamentalmente alunos ou professores de História da UFMT. Eles publicaram uma série de obras¹⁹, tais como:

- Else Dias de Araújo Cavalcante, *História de Mato Grosso: para concurso e exames vestibulares*, Cuiabá, 2006.
- Else Dias de Araújo Cavalcante; Rodrigues Maurim, *Mato Grosso e sua História*. Cuiabá, 1999, 174 p.
- Gênesis Barbará, *História de Mato Grosso para Concursos e Vestibulares*, [s.l.: s.n.], 2001. 72 p.
- Laura Antunes Maciel, *O Mato Grosso e sua história*, Curitiba, Braga, 2001. Série Conhecendo o Brasil, 80 p.
- Marcos Amaral Mendes, *História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares*, 4. ed., rev. e atualizada, Cuiabá, Cafarnaum, 2012, 353 p.
- Pedro Carlos Nogueira Félix, *História de Mato Grosso: dos primeiros tempos à atualidade*, Cuiabá, Defanti, 2008, 217 p.
- Pedro Carlos Nogueira Félix; Giseli Dalla Nora Félix, *História de Mato Grosso: unidade especial de Geografia de Mato Grosso*. 2. ed. rev. e atualizada, Cuiabá, KCM Editora, 2009, 134 p.

O caso de Marcos Amaral Mendes é um bom exemplo do peso do mercado editorial e do circuito de produção do citado material. Como professor ele foi procurado pelos editores para escrever um livro visando atender tal mercado. Publicou a primeira edição em 2006 e já está na quarta edição, além de ter escrito apostilas e assemelhados para o mesmo fim. Quando lhe foi perguntado como estruturava o texto do livro, afirmou que eram os editais de vestibulares e concursos públicos que estabeleciam o conteúdo do livro, o qual tem o objetivo de auxiliar o leitor na aprovação em concursos, e autores e editor estão focados em cumprir com a máxima eficiência tal objetivo²⁰. Obviamente, há sempre uma margem de manobra sobre como os elementos são incorporados ao livro, ou seja, sobre como são representados.

Identidade “multicultural” mato-grossense

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso-SEBRAE-MT realizou uma linda peça de publicidade, uma homenagem de quase 8 minutos, com o hino de Mato Grosso²¹. O vídeo inicia com uma representação de Dom Aquino Corrêa escrevendo, em 1917, a “Canção Mato-grossense”, de sua autoria. Em seguida aparece a imagem de um boiadeiro e de uma aldeia indígena, terminando com a bandeira de Mato Grosso. O hino é interpretado por uma cantora local de música *folk*, um coro de música clássica, uma banda de *rap* e uma de *rock*. Assim, a diversidade da “unidade” que seria Mato Grosso é celebrada até

mesmo nos estilos musicais diversos que cantam a mesma música. Apresenta uma diversidade de tipos humanos, com belas imagens de várias manifestações da cultura popular regional. O folclore gauchesco é um dos poucos estilos cultuados regionalmente que não aparece no vídeo. O orgulho de Mato Grosso é expresso em imagens panorâmicas da moderna cidade de Cuiabá, com prédios, hidrelétricas, modernas máquinas em extensos campos cultivados e em fazendas com gado bovino em tamanha quantidade que parecem manchas na paisagem, e, em especial, com imagens exuberantes de rios, cascatas, animais. Chama atenção que as imagens de paisagens rurais, com destaque para o mundo “selvagem”, predominem sobre as paisagens urbanas no vídeo. O belo e emocionante vídeo, exibido com regularidade na programação da televisão regional, é uma boa síntese da representação de Mato Grosso que pode ser encontrada nos atuais livros de popularização da História do estado.

Não é possível aqui debater sobre as transformações estruturais que tornaram possível a emergência do “multiculturalismo”, tampouco as contradições desse conceito. Mas o adjetivo “multicultural” é adequado para designar uma dada proposta, atual, de identidade mato-grossense, quando tomada justamente na perspectiva dos críticos do conceito, que apontam a tendência ao essencialismo e ao isolamento das culturas²². No caso, o reconhecimento do diferente em geral não se dá por um diálogo cultural que ressalta as historicidades dos agentes, mas pela essencialização, com tendência à naturalização das diferenças, justapostas em uma suposta unidade mato-grossense.

Em 1997, Fausto Faria, Secretário de Estado da Educação, na apresentação do livro de Elizabeth M. Siqueira, afirmou: ao “produzir a História, a autora resgata a diversidade socioeconômica e cultural do Estado [...]”²³. Tal livro era fruto da política pública de educação então vigente.

Todavia, há uma outra proposta de identidade estadual que pode concorrer, mas também colaborar, com a primeira, quando situada como uma “identidade ancestral” dentro de um complexo multicultural. Trata-se da elevação de algumas expressões da cultura popular, especialmente o siriri, uma dança, o cururu, um folguedo masculino, e a viola de cocho, um instrumento musical.

O cururu, por exemplo, no século XIX, era considerado desagradável, burlesco por boa parte dos grupos dominantes, e, assim, estigmatizado como gerador de desordem, brigas e assassinatos, ou seja, como exemplo de barbárie a ser evitado pelos civilizados. Portanto, tentou-se proibir essa prática²⁴, tal como ocorreu com a capoeira, que, depois de criminalizada, foi, durante o Estado Novo (1937-1945), elevada à condição de esporte nacional.

O siriri era outra prática com poucos e cada vez menos adeptos. Ocorreu, entretanto, uma profunda mudança. Desde 2002 é realizado o Festival do Cururu e Siriri em Cuiabá, inicialmente uma promoção da prefeitura municipal da capital com grupos de dança da Baixada Cuiabá, área na qual tipicamente essas práticas já ocorriam. Atualmente há uma organização não-governamental -ONG, a Federação Mato-grossense das Associações e Grupos de Cururu e Siriri, que é responsável pela organização. A ONG é presidida pela senhora “Terezinha

Quilombola”, e efetivamente membros dos movimentos sociais negro e quilombola, de certa forma, encamparam o festival. Entretanto, quando da realização do primeiro festival, conforme relataram os organizadores, houve jovens que hostilizaram os participantes, alegando que o evento era “coisa de velho”. Tinham vergonha do que hoje é motivo de orgulho para tantos em Mato Grosso.

Houve em Mato Grosso um processo de busca em elementos da cultura popular, transformados em folclore, material para construir uma identidade regional. Essa busca aconteceu, via de regra, com os Estados nacionais modernos e com as identidades regionais²⁵.

Nos principais livros que serviram de fonte para esta pesquisa, predomina uma representação “multicultural” do estado. Todavia, aparentemente o peso dos editais tem contemplado um conjunto mais canônico de temas da História de Mato Grosso, de tal forma que tais elementos da cultura popular não são tão privilegiados. Mesmo em um trabalho como *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, em que a autora reserva uma seção para “O cenário cultural da atualidade”, o que temos é um arrolamento de uma série de instituições culturais oficiais, como o IHGMT, e a apresentação de uma série de expressões da cultura popular tradicional, como a cavahada, a dança do mascarado. Dentre esses elementos estão o cururu, o siriri e a viola de cocho. Portanto, os livros não reproduzem uma estereotipada produção oficial da identidade regional, mas há uma clara mudança de perspectiva quanto aos sujeitos da História. Em todos os livros dessa série documental ligada à universidade, há a valorização de diversos protagonistas da História e da identidade mato-grossense. Portanto, uma identidade “multicultural”, mas ainda uma identidade, que procura reduzir o que é diferente ao uno²⁶.

O povo desta terra

Os chamados novos movimentos sociais colocaram no primeiro plano da vida política as demandas ligadas às identidades. No Brasil, na década de 1970 e em especial com o processo de redemocratização, com o seu auge na Constituição Cidadã de 1988, novos atores entraram em cena²⁷.

Os livros didáticos de História também passaram por um processo de democratização. Não apenas por tornarem-se mais acessíveis com os programas públicos de livro-didático, mas por romperem com uma História dita “positivista”, factual e dos “grandes homens”, por mais que na década de 1980 tenha frutificado um marxismo estruturalista que continuava a ocultar a ação humana debaixo de estruturas abstratas²⁸.

Tal contexto reverberou nas obras aqui analisadas. Em 1997, na apresentação de *Revivendo Mato Grosso*, Fausto Faria, Secretário de Estado da Educação, afirmou:

O livro inova, porque é um material pedagógico sobre Mato Grosso, endereçado especialmente aos alunos da suplência. É este o ponto mais singular do trabalho: conta didaticamente a

trajetória do povo desta terra, inclusive **daqueles que não têm voz** e que geralmente se encontram à margem da Educação²⁹.

O livro era voltado para a educação de jovens e adultos, não para o ensino de crianças. A autora Elizabeth Madureira Siqueira percorreu Mato Grosso em cursos de formação patrocinados pela Secretaria de Estado de Educação, na formação de professores, para utilizar o seu material. O livro é apresentado quase como uma História “vista de baixo”, apesar de o conteúdo estar mais próximo do material didático canônico de História do que de um material escrito em uma perspectiva militante da “História vista de baixo”. Entretanto, a valorização dos grupos populares é evidente.

Nos livros citados ainda prevalece a convencional narrativa eurocêntrica, ou seja, valoriza-se o “colonizado”, mas a História continua sendo descrita na perspectiva do “colonizador”³⁰. Ademais, algumas obras acabam “vitimizand” os “de baixo”, de forma que a elite continua, em algumas narrativas, a ser o sujeito da História, e os seres humanos comuns continuam sendo vítimas, e não sujeitos da História. Contudo, a narrativa mais próxima dos “de baixo” é expressa inclusive na escolha das imagens das obras. Por exemplo, na obra com maior e melhor iconografia, *Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, constam imagens como essa:

Figura 1: INDÍGENAS



Nas cachoeiras do rio Curisevo.

Fonte: Elizabeth Madureira Siqueira, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, Cuiabá, Entrelinhas, 2002, p. 175.

As imagens valoram positivamente os representados, retratam indígenas com belos corpos heroicamente subindo as cachoeiras ou, ainda, mostram mulheres quilombolas na página

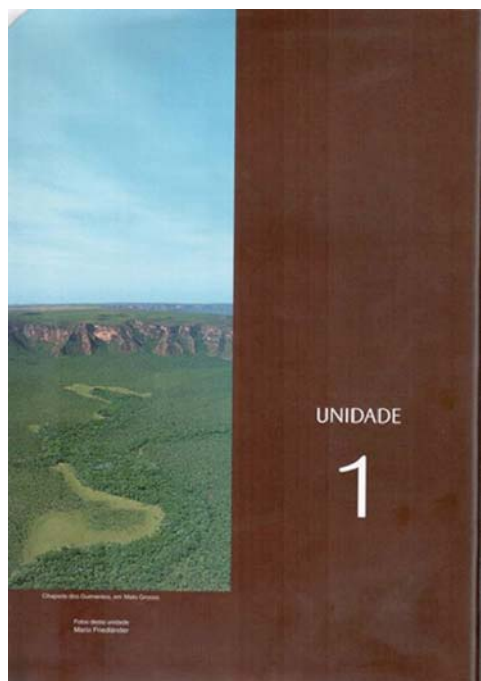
120 do livro citado. No caso das mulheres, apesar de ser a reprodução de uma pintura de A. Taunay, do século XIX, evita-se passar a imagem de exotismo ou primitivismo.

Obviamente que no material referido em geral há estereótipos e silenciamentos, dos quais dificilmente escapamos em nossa sociedade, mas há um claro esforço para que “aqueles que não têm voz” apareçam explicitamente como constituidores de uma História e de uma identidade mato-grossense.

A natureza mato-grossense

Nos livros de divulgação da História de Mato Grosso ligados à UFMT, a natureza da região é exaltada como motivo de orgulho na construção da identidade regional, diferentemente do que ocorria com os livros de popularização ligados ao IHGMT, nos quais a natureza era silenciada. Quando se observa apenas o conteúdo escrito dos livros em tela, tal afirmação quase não transparece nas obras, mas se considerarmos as imagens a questão é muito diferente. Deve ficar claro que as imagens, em geral, não são simplesmente escolhidas pelo autor; os editores determinam ou pelo menos têm um grande peso na decisão, pois a questão do pagamento de direitos autorais pela publicação das imagens e da apresentação para o consumidor da obra pertencem à alçada do editor. O livro *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais* apresenta um grande conjunto de imagens do mundo natural em Mato Grosso, como, por exemplo:

Figura 2: SUBCAPA COM IMAGEM DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT



Fonte: Elizabeth Madureira Siqueira, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

A imagem sublime da Chapada dos Guimarães é um bom exemplo das imagens belas e grandiosas da paisagem que são associadas à História mato-grossense nas páginas do livro.

A representação grandiloquente da natureza, reforçando uma identidade, e a representação utilitária do mundo natural, como um recurso a ser explorado, não são, em geral, antagônicas, de tal forma que as representações utilitaristas do mundo natural como um recurso estão presentes nas obras.

Entretanto, no final do século XX, o “ecologicamente correto” tonou-se algo positivo em si. Assim, em uma “era ecológica”³¹, a destruição de elementos do mundo natural não passa simplesmente incólume nas páginas dos livros que aqui serviram de fonte. É em um livro publicado diretamente sob os auspícios do governo do estado que há uma das apreciações mais explícitas sobre questões “ambientais” nos livros de História. A autora, no item *Estudando Mato Grosso por regiões*, cria, em cada região, um subitem denominado “O Meio Ambiente”, no qual se lê, por exemplo: “O acelerado processo de ocupação territorial de Mato Grosso, especialmente pós 1970, redundou na expansão das fronteiras agrícolas regionais. Esse movimento foi responsável pela aceleração do desmatamento e pelo uso intensivo do solo, seja na utilização agrícola, seja nas atividades mineradoras”. Ou, ainda, que o “corte desenfreado da madeira provocou um forte desequilíbrio ecológico”³².

Contudo, por um lado, se a exaltação da destruição ambiental como modernização não está presente nas páginas dos livros, por outro lado, uma apreciação mais crítica dos “impactos ambientais” e de questões ecológicas está restrita a temas recorrentes da “questão ambiental”, como a destruição da Floresta Amazônica. Ademais, em geral não há uma problematização da relação entre seres humanos e mundo natural, muito menos da atual “problemática ambiental”.

A obra *História e Geografia de Mato Grosso* é extremamente reveladora por reunir duas disciplinas: a primeira parte da obra é dedicada à História, e a segunda à Geografia. A “questão ambiental” é claramente tratada pelo autor na parte do livro reservada para a Geografia. Na parte destinada à História o mundo natural aparece quase como uma “paisagem imóvel” em que os fatos humanos ocorrem. Cita-se apenas, e de forma pontual, as “enchentes” no século XIX, “extrativismo vegetal” no início do século XX e até a criação da “Secretaria de Meio Ambiente” em meados da década de 1980³³. Mas as apreciações sobre o ambiente tendem a uma descrição, não uma problematização da relação entre seres humanos e o mundo natural. A grande exceção é, no final do capítulo, a narrativa sobre o governo Blairo Maggi (2003-2010):

Tendo pulverizado a oposição na Assembleia Legislativa, uma vez que a maioria dos deputados passou a compor a base governista no amplo arco de alianças que o governador conseguiu costurar, o governo Maggi, no entanto, recebeu críticas pesadas do movimento ambientalista, que o apontavam como grande incentivador da derrubada de áreas florestais para a formação de lavouras, razão pela qual recebeu títulos jocosos como ‘motosserra de ouro’, e ‘estuprador da floresta’. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), durante os sete anos em que Blairo esteve à frente do governo, foram desmatados 41.509 Km² de Floresta Amazônica no estado.

Denúncias de corrupção na área ambiental de seu governo levaram a Polícia Federal a

prender dois secretários de meio ambiente que foram nomeados por Blairo: em 2005, na Operação Curupira, e em 2010, na Operação Jurupari, quando o governador já havia se desincompatibilizado do cargo. Entretanto, alguns analistas afirmaram que, a partir de 2008, o governador teria se aproximado dos movimentos ambientalistas, que passaram a participar de algumas decisões tomadas nos últimos meses de seu governo. Em consequência dessa política, Blairo adotou algumas medidas para desestimular o desmatamento no estado: negociou com os esmagadores de soja, com os frigoríficos acordos nos quais eles se comprometeram a não adquirir carne bovina ou soja procedentes de áreas de desmatamento ilegal; propôs que Organizações Não Governamentais (ONGs) europeias e grandes empresas passassem a compensar financeiramente os fazendeiros que preservarem a floresta; além de ter se empenhado pela aprovação, na Assembleia Legislativa, do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso, um projeto que prevê uma política de desenvolvimento sustentável para o estado orientando a produção de acordo com o uso dos recursos naturais³⁴.

Na parte do livro destinada à Geografia, a relação com o mundo natural é tratada de forma visivelmente diferente. A descrição do mundo natural é mais reverente: “Por causa do porte e exuberância da floresta, e em contraposição ao Cerrado existente no vale do rio Cuiabá, foram motivados a denominar a região de Mato Grosso [...]”³⁵. Há uma problematização da relação com o ambiente em vários tempos históricos, tal como no excerto abaixo:

A atividade mineradora acabou se concentrando no entorno de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade, assumindo, no entanto, proporções bem menores quando comparadas a Minas Gerais uma vez que atraiu um contingente populacional reduzido e de baixa qualificação técnica e profissional. O ouro encontrado era basicamente de aluvião e as minas apresentaram um ciclo de curta longevidade, **pois a ação predatória das jazidas rapidamente esgotou** os veios auríferos³⁶.

Na parte do livro que trabalha com a Geografia de Mato Grosso há uma abordagem histórica em que o mundo natural aparece como um agente ativo nos processos históricos. Por exemplo, afirma o autor:

A importância da rede hidrográfica no estado de Mato Grosso remonta ao período colonial. Naquela época, além de constituírem o principal meio de locomoção que os bandeirantes se utilizavam para atingir a região, a mineração de ouro e diamante, atividade econômica que permitiu a fixação da população e originou os primeiros núcleos urbanos, realizava-se, em grande parte, ao longo dos rios. Nesse sentido, a oferta de água fluvial constituiu importante fator que determinou o processo de ocupação do território mato-grossense .

Enfim, na parte sobre Geografia, o autor apresenta uma posição bastante crítica a respeito da relação sociedade-natureza, por exemplo, ao afirmar que:

O avanço do agronegócio no campo mato-grossense gerou inúmeras transformações que impulsionaram a economia através dos produtos e serviços ligados à atividade, embora tenha reforçado e agravado alguns problemas estruturais que perpassam a História do país e do estado. Impactos ambientais, permanência da concentração de terras nas mãos de poucos, reforço do êxodo rural pela crescente mecanização, são alguns deles³⁸.

Tal diferença de perspectiva de um mesmo autor, um professor experiente de ambas as disciplinas, graduado em História e mestre em Geografia, pode ser explicada pela variação dos estilos de pensamento da História e da Geografia. Marcos Amaral Mendes não apenas escolheu tratar o tema ambiental na parte da Geografia, e não na parte da História em seu livro, mas a diferença com que tratou a relação entre seres humanos e natureza nas duas partes talvez seja típica da forma como esse tema é abordado em cada disciplina.

Dessa forma, o autor mobilizou os pressupostos, a tradição da relação sociedade-natureza na História na parte da obra que trata da História de Mato Grosso. Uma tradição, como afirma Worster³⁹, em que o mundo natural não é tomado como uma presença e um agente da História, uma tradição na qual, de forma durkheimiana, os “fatos sociais explicam os fatos sociais”⁴⁰, em que os professores de História do ensino básico ainda podem afirmar, mesmo que tenham tido sua formação geo-histórica na tradição braudeliana, que “a natureza não aparece nas aulas de História”⁴¹. Já quando escreve a segunda parte da obra, intitulada “Geografia de Mato Grosso”, o autor mobiliza os elementos constitutivos da matriz disciplinar da Geografia, que, juntamente com a Biologia, segundo Leff⁴², formam os paradigmas transdisciplinares que colonizam os estudos das relações sociedade-natureza.

Em tal perspectiva reducionista e disjuntiva, a “questão ambiental” seria um tema para as áreas de Geografia e Biologia, pois, por um lado, reduz-se o ambiente a sua dimensão biofísica, excluindo o ser humano do ambiente; por outro, a História, como ciência humana, deveria ater-se ao mundo social, como se os processos de transformação histórica pudessem ser dissociados da dimensão “ambiental” -a qual seria tratada pela Geografia e Biologia-, cabendo à História um ser humano “puro”, sem o mundo natural⁴³.

Tais diferenças entre estilos de pensamento na História e na Geografia deveriam ser melhor estudadas. Aqui apenas cabe analisar os projetos que permitem compreender o porquê dessas representações de natureza, população e identidade mato-grossense.

Projetos

A massiva migração alterou profundamente a estrutura demográfica de Mato Grosso.

Tabela 1: MATO GROSSO – BRASIL – POPULAÇÃO

2010	3.035.122
2000	2.504.353
1991	2.022.524
1980	1.169.812
1970	612.887
1960	330.610
1950	212.649

Fonte: IBGE, *Censo demográfico*, 1950-2010.

* Entre 1950 e 1970 a população referida é a do atual território de Mato Grosso, sem considerar a população do atual território de Mato Grosso do Sul.

Há um boom demográfico nas décadas de 1970 e 1980. Na primeira década a população cresceu 90,9%, e na segunda 72,9%. A maior parte do crescimento decorre de migrações, uma avalanche demográfica que mudou radicalmente não apenas a população em geral, mas também a elite econômica mato-grossense.

O governo de Blairo Maggi foi significativo da nova configuração de forças do Estado após o massivo processo de colonização dirigida. Ressalva-se que o Estado ainda é uma “fronteira aberta”, com um claro projeto, de setores da elite, de ampliação das áreas de monocultura e latifúndios e da existência de movimentos sociais atuantes, que procuram desenvolver um processo de assentamento de pequenos agricultores rurais na região. Maggi é exemplar desse novo cenário, pois é um dos maiores produtores de soja do mundo. Tendo nascido no Paraná e migrado para Mato Grosso na década de 1980, é um representante dessa nova elite, que em grande parte é formada por uma pequena parte das centenas de milhares de migrantes que, vindos de praticamente todas as partes do Brasil, passaram a compor a população mato-grossense. Por um lado, por fazer parte tanto no campo particular quanto governamental do projeto de expansão da soja e de outras cadeias produtivas, com base na monocultura e uso intensivo de tecnologia, Maggi foi identificado como o “inimigo número um” da floresta pelo movimento ambiental. Por outro lado, como já foi argumentado, em seu governo houve a tentativa de produzir a imagem de que os empresários do agronegócio têm “responsabilidade socioambiental”, e por isso, e graças às novas tecnologias, seria possível e desejável aumentar a produção de forma “sustentável”.

Independentemente do grau de eficácia prática dessa proposta na mudança dos processos de degradação ambiental, é evidente que tal postura do governo estadual é uma forma de sobreviver na arena pública, onde se declarar contra a preservação da natureza é suicídio político. Como já argumentou Livia Barbosa em um artigo que busca mapear a penetração, a importância e o significado da problemática ambiental no seio da sociedade brasileira, pelo menos a partir do início da década de 1990: “O meio ambiente se tornou o grande referencial para todos os grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva”⁴⁴. A autora constata isso a partir da forma como até mesmo os garimpeiros, que negavam haver “problemas ambientais” gerados por sua atividade, passaram a admitir sua existência, mas ressaltaram as vantagens socioambientais de sua ação em pequena escala, em contraposição à mineração em grande escala, ou seja, passaram, no final da década de 1980, a atuar “sob a ideologia do verde”, ainda que de forma superficial.

Em um estado com uma população migrante tão expressiva, em que a própria elite regional foi reconfigurada, criou-se um problema, pois a identidade mato-grossense já não conseguia fazer com que nem mesmo a elite se reconhecesse nas características que formavam tal identidade, criando a percepção de unidade. Como afirma Galetti:

[...] ainda que a dinâmica da história tenha transformado substancialmente a sociedade mato-grossense e por conseguinte as condições de produção em que emergiu o discurso original, criador da representação *nativa* da *região*, sua força ideológica ainda se mantém como referência para os cuiabanos *autênticos*, autodenominados de *chapa e cruz*. Todavia,

esta força não tem sido suficiente para proceder a uma incorporação simbólica dos novos mato-grossenses, os milhares de migrantes que se fixaram definitivamente na região, com exceções de uma pequena parcela, continuam sendo os *pau rodados*, como os denominam os cuiabanos *autênticos*⁴⁵.

Há uma ligação clara entre o processo de colonização e migração e as políticas de identidade em Mato Grosso nos últimos 50 anos. Como bem sintetiza Galetti:

Os anos 70 correspondem também a uma fase de renascimento do IHMT, que entra numa fase de mutismo desde os anos 50. Como à época de seu nascimento, feitas as devidas ressalvas, a instituição se confronta com a perspectiva da ameaça à supremacia política e cultural dos *nativos*, representada por velozes transformações demográficas, econômicas e sociais decorrentes do avanço da frente de expansão capitalista em Mato Grosso e com a própria discussão acerca da divisão do estado, consumada pelo regime militar em 1977. Tem-se, neste momento, uma reativação do discurso histórico elaborado nos anos 1920/1930 por esta instituição, e uma maior utilização de elementos do universo da cultura popular mato-grossense nas representações da identidade regional, até então pouco explorados pelo IHMT⁴⁶.

Uma série de livros de divulgação da História de Mato Grosso, a começar por *História de Mato Grosso*, de Rubens de Mendonça, de 1967, e um considerável esforço para difundir a antiga identidade mato-grossense ligada ao IHMT foi uma reação ao processo de migração massiva. A estratégia era incorporar o “outro” ao “nós”. Todavia, em um primeiro momento, as implicações desse esforço parecem não ter tido um grande alcance, dadas as reclamações das limitações de tal atividade feitas pelos próprios protagonistas, como já citado, talvez em virtude da precariedade dos serviços públicos, especialmente o educacional disponível, então, em Mato Grosso.

Aparentemente, mais eficiente para promover a difusão de uma identidade regional no ensino de História foi a inclusão da História regional no concurso vestibular. Justamente a inclusão de temas regionais em concursos públicos levou à configuração de uma verdadeira linha editorial para obras de popularização da História de Mato Grosso.

O governo também teve uma ação que gerou como resultado a valorização da identidade regional nas escolas. A Lei estadual n. 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, estabelecia a obrigatoriedade “do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado”⁴⁷. A lei determinava que não bastava a inclusão do tema regional no currículo, mas que ele deveria ser “objeto de uma cadeira autônoma, com programas específicos”. Todavia, em 2010 a UFMT aderiu ao Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação -SISU, não cobrando mais especificamente o conhecimento da História regional no concurso vestibular. Com isso, muitas instituições de ensino básico particulares extinguiram a disciplina específica de História de Mato Grosso⁴⁸. Mesmo nas escolas públicas, em que a lei tenderia a continuar a ser cumprida, a expectativa era que o interesse pela disciplina cairia muito⁵⁰.

A partir do governo Maggi há um maior investimento estatal em alguns elementos culturais típicos da Baixada Cuiabana como diacríticos da identidade mato-grossense⁵⁰. Mais do que a particularidade de uma política de governo, isso parece indicar um novo momento na composição das elites estaduais. Especificamente no âmbito das elites, a divisão entre os “autênticos” mato-grossenses, de “chapa e cruz”, na expressão popular, e “eles”, os “pau rodados”, os migrantes, deixa de ser uma oposição central, sendo negociada uma composição capitaneada pelo agronegócio. Se os interesses comuns do agronegócio vão ser a base de uma composição permanente ou se é temporária, apenas uma estratégia da elite de “pau rodados” para ganhar a simpatia popular, é uma questão que não está clara e tampouco é objeto desta pesquisa. Porém, tal composição permitiu o reforço em uma forma de conceber a identidade mato-grossense, pautada em alguns elementos da cultura popular da Baixada Cuiabana, folclorizados e espetacularizados.

Cidades como Sapezal exemplificam bem essa questão. Trata-se de uma cidade cujo loteamento começou em 1987, e em 1994 já havia se tornado município, fundada pelo pai do ex-governador do estado, Blairo Maggi. Em Sapezal, a presença do tradicionalismo gaúcho é muito forte, sendo considerada uma cidade de “cultura gaúcha”, apesar de a maioria dos alunos das escolas da cidade ser de filhos de migrantes nordestinos que trabalham nas fazendas. Como narrado por uma professora que lecionou lá, as professoras da cidade têm que aprender o que é e como dançar o siriri, porque são obrigadas pela Secretaria de Educação a ensinar as danças “típicas” mato-grossenses, mesmo que ninguém na cidade, como em tantas outras de Mato Grosso, jamais tenha visto antes a dança.

Políticas públicas como as aqui descritas podem ter algo de superficial, mas não são irrelevantes, pois foram os investimentos simbólicos feitos por parte do governo estadual para reelaborar uma identidade mato-grossense. Essa reelaboração vai ao encontro de um projeto de perpetuar o atual modelo de crescimento econômico de Mato Grosso, pautado no agronegócio, sob o controle e benefício das atuais elites econômicas e políticas do estado. Todavia, essas políticas de identidade atendem e refletem também outros projetos.

Um desses outros projetos é o de grupos tidos hoje como “comunidades tradicionais”. Marcos Amaral Mendes sintetiza bem a forma como tais grupos são explicados no material de popularização da História de Mato Grosso:

O estado de Mato Grosso, em razão da sua diversidade populacional e cultural, é habitado por uma ampla variedade de comunidades tradicionais que apresentam um modelo de ocupação do território e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência. Essas populações, constituídas por quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pantaneiros e indígenas, ocupam a região há muito tempo, sendo o território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pela tradição e por normas compartilhadas coletivamente⁵¹.

Deve ficar claro que a designação de “comunidades tradicionais” é algo recente, fruto da luta de movimentos sociais pela produção de políticas públicas que beneficiem esses grupos,

esquecidos e às vezes destruídos pelas ações de “desenvolvimento econômico”. E também que esses grupos aproximaram-se do movimento ambiental em virtude de pontos comuns de suas agendas e do potencial de recursos de poder que descobriram em tal aproximação. Nenhum grupo tradicional, mesmo formado por indígenas, vive em “harmonia total com a natureza”; as sociedades “tradicionais” -ou seja, aquelas que têm modos de vida diferentes do consumista, socialmente injusto e ecologicamente insustentável, o modo de vida moderno- não são formadas por *selvagens ecologicamente nobres*. Mas a aproximação de preocupações ambientais deu um novo vigor e rumo às reivindicações, às vezes seculares, como o acesso à terra, ao mesmo tempo em que propiciou a coinvenção de novas identidades. Seringueiros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas vão se utilizar da hegemonia da “ideologia do verde” para legitimar suas demandas, ao mesmo tempo em que mudam suas demandas e a eles próprios em virtude de tal aproximação. Em Mato Grosso, paralelamente, vão ser transformados, em uma perspectiva “multicultural”, em símbolos da “matogrossidade”. Se o sertão foi sempre ambivalentemente lugar de “incivilidade” e uma “reserva de brasilidade”, em Mato Grosso nunca houve tamanha positividade daqueles que vivem na floresta/sertão.

Assim, se em um dado momento a representação da relação desses grupos “tradicionais” com a natureza foi a justificativa para expropriá-los, no atual momento uma outra representação da relação desses grupos sociais com a natureza é estrategicamente mobilizada para garantir o seu acesso à terra.

O desenvolvimento de uma economia de mercado capitalista implicava na expropriação dos seres humanos, separando-os da natureza e transformando-os em trabalhadores que estejam dispostos a vender-se no mercado, convertendo o mundo natural em recursos naturais, em mercadorias que podem ser vendidas no mercado. Todos os que não aceitavam entrar nesse jogo foram estigmatizados como atrasados e/ou preguiçosos. Hoje, os que foram estigmatizados ou silenciados, inclusive na História oficial do estado, retornam e, por exemplo, podem reivindicar a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, de forma que é possível que venham a construir novos vínculos entre si e com o mundo natural, em um processo de reapropriação social da natureza⁵².

Ademais, uma grande parte da população mato-grossense, para além daqueles que podem se reconhecer como “comunidades tradicionais”, que durante anos foram estigmatizadas e excluídas, pode ver-se reconhecida em uma identidade que comtemple elementos da cultura popular.

Nos livros de popularização da História de Mato Grosso ligados à academia isso pode ser percebido, por exemplo, em dois episódios. O primeiro é uma história narrada pela professora Else Dias de Araújo Cavalcante, quando perguntada sobre os quilombolas em seu livro de popularização da História de Mato Grosso:

Porque quando eu escrevi esse livro, já tinha o problema de Mata Cavallo [quilombo]. Inclusive eu coloquei no texto, e aconteceu uma coisa muito interessante, porque uma aluna do São Gonçalo, quando cheguei nessa parte do livro, que eu tirei do texto uma reportagem do jornal

falando dos fazendeiros de Mata Cavalo, e que citava o nome dos fazendeiros, um deles era avô dessa minha aluna. Ela ficou revoltadíssima quando viu isso no livro. [...]. Você vê que alguns têm resistência em aceitar essas coisas. [...] É para eles sentirem e perceberem que essa problemática está aí, está posta, e que hoje mais do que nunca você tem leis que protegem os quilombolas, mas que a gente se depara com problemas, a sociedade tem uma resistência, principalmente por parte dos proprietários de terra em aceitá-los⁵³.

O segundo caso é de uma jovem professora que atua e é membro da mesma comunidade do Mata Cavalo. Ela afirmou que quando ainda era aluna nas aulas de História de Mato Grosso leu sobre os quilombos no estado e se reconheceu naquela história. Essa informação foi obtida em um encontro de movimentos sociais, no qual a professora representava o movimento organizado da comunidade do Mata Cavalo, que lutava pelo que entendia ser suas terras.

Considerações finais

Outros grupos e projetos influenciaram e/ou foram beneficiados pelas representações da identidade, da população e da natureza de Mato Grosso, presentes nos livros de popularização da História regional. A produção desse tipo de material não é uma “caixa de ressonância” do estado ou da elite, apesar das ligações íntimas, do período de predomínio do IHGMT. Em especial, deve ser destacado o papel ativo de uma classe média nativa da Baixada Cuiabana e talvez da população em geral dessa região na construção de elementos folclorizados da cultura popular regional como diacríticos da identidade mato-grossense⁵⁴. Todavia, esses eram elementos que estavam para além do escopo da pesquisa.

Quando escrevemos algo mobilizamos todo nosso “caldo cultural”. A construção de identidades é o “pecado original” da História; o nascimento da História enquanto disciplina científica é indissociável da construção das identidades dos modernos estados nacionais. O ensino de História ainda é indissociável da construção da identidade nacional. A geração de historiadores, não profissionais, ligados ao IHGMT que escreveram os livros de popularização acreditavam que seu ufanismo regionalista era algo natural, parte mesmo da função de sua prática como historiadores⁵⁵. A geração de autores com formação acadêmica em História, aqui abordados, procurava produzir uma História que ajudasse mais a formar uma “consciência histórica” do que uma identidade, embora não escapassem da função de produtores, ou pelo menos coautores, de identidades, pressionados por constrangimentos mais estruturais, como o financiamento das obras por parte do Estado, ou mais pessoais, como a cobrança de uma aluna que poderia não gostar de ler sobre seu avô expropriando quilombolas. Em alguns casos, como o da professora Elizabeth Madureira Siqueira, a opção foi de contribuir ativamente na produção dessa identidade regional, de tal forma que a autora afirma: “minha preocupação foi dar a especificidade mato-grossense em cada tópico [...] **eu dei a identidade**”⁵⁶.

Mesmo autores que buscaram não contribuir de forma explícita para um discurso de identidade reforçaram, com seus trabalhos de “História de Mato Grosso”, a identidade mato-

grossense, e todos eles sabem disso. Igualmente, mesmo que, muitas vezes, narrem a História como se ela acontecesse fora do mundo natural, há sempre, ainda que “silenciosamente”, representações sobre o mundo natural presentes no trabalho dos historiadores, seja na sala de aula ou nos gabinetes de pesquisa. Essas representações não são inocentes; elas participam ativamente na luta pela memória social, na produção de identidades e na legitimação ou refutação de dados projetos. Mas, para esse fato, talvez os historiadores sejam menos atentos. Assim, se o mundo natural interfere no rumo da História humana, a História contada pelos seres humanos também interfere no mundo natural. A natureza sempre esteve na História, pois, entre outros, a disciplina tem um papel ativo no jogo de produção da memória social.

No caso dos livros de popularização da História de Mato Grosso ligados às universidades, há trabalhos como *Revivendo Mato Grosso: ensino de jovens e adultos*, de Elizabeth Madureira Siqueira, que apresentam claramente uma proposta de Educação Ambiental. Todavia, esta ainda é colocada em subitens específicos e separados do restante do texto, de forma semelhante ao que aconteceu com os livros didáticos de História da rede nacional, nos quais o meio ambiente entrou de forma pontual, mais para atender às demandas de avaliação deste tipo de material do que como uma proposta de Educação Ambiental⁵⁷. Uma preocupação mais orgânica com Educação Ambiental e o papel ativo do mundo natural como uma presença e agente na História não constam nos textos. Os autores entrevistados são unânimes em afirmar que a Educação Ambiental não era uma preocupação no processo de elaboração das obras⁵⁸. Entretanto, o mundo natural como motivo de orgulho e diacrítico da construção de uma identidade regional está presente nos citados livros, principalmente em sua iconografia.

Acompanhando uma tendência mais geral nos livros didáticos no Brasil⁵⁹, mesmo que com certo atraso, a transformação mais radical foi na forma de representar o povo e a identidade mato-grossense. O “povo” aparece em sua multiplicidade. Vários grupos excluídos e estigmatizados são agora apresentados de forma positivada e autores de uma “legítima” identidade mato-grossense. Tal identidade múltipla pode ser agenciada para legitimar projetos da nova elite política local, mas também de grupos como quilombolas, comunidades ribeirinhas e indígenas que lutam pela apropriação do mundo natural.

Bibliografia

- Adenir Peraro, Maria; Miranda Borges, Fernando Tadeu de; Canavarros, Otavio; Neto, Vitale Joanoni. “Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso”. In: Glezer, Raquel (org.) *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo, Contexto, 2011.
- Barbosa, Livia. “Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas”, *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991.
- Bezerra, Sílvia Ramos. “Contradições culturais do cortejo triunfante da modernidade em Cuiabá”. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Nº 3, Uberlândia, jul./ago./set., 2008.
- Carvalho, Ely Bergo de. “A natureza não aparecia nas aulas de História”: lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História”. *História Oral*, Vol. 15, Nº 1, jan./jun. 2012.
- . “Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992”. *HALAC Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, Vol. 3, Nº 1, Belo Horizonte, set. 2013.
- Cavalcante, Else Dias de Araújo. *História de Mato Grosso: para concurso e exames vestibulares*, Cuiabá, 2006.

- Certeau, Michel. *A Escrita da História*. 2. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- Drummond, José Augusto. "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa", *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991.
- Fonseca, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. 5. ed., Campinas, Papirus, 2005.
- Galetti, Lylia da Silva Guedes. "Nos Confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso". Tese Doutorado em História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2000.
- Guarinello, Norberto Luiz. "Memória coletiva e história científica". *Revista Brasileira de História*, Nº 15, São Paulo, 1995.
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed., Rio de Janeiro, PD&A, 1998.
- Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed., São Paulo, Loyola, 2002.
- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. 6. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2008.
- Leff, Enrique. "Construindo a História Ambiental da América Latina". *Esboços*, Vol. 13, Florianópolis, 2005.
- *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- Mendes, Marcos Amaral. *História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares*, 4. ed., rev. e atualizada, Cuiabá, Cafarnaum, 2012.
- Nadai, Elza. "O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva". *Revista Brasileira de História*, Vol. 13, Nº 25/26, São Paulo, set. 1992/ago. 1993.
- Pereira Júnior, Cleber Alves. "Rastros de um folgado de roda: práticas e significados do cururu na Cuiabá da segunda metade do século XIX". Dissertação Mestrado em História Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá, 2010.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. "A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios". *INTERthesis*, Vol. 9, Nº 1, Florianópolis, jan./jun., 2012.
- Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- Siqueira, Elizabeth Madureira; Alves da Costa, Lourenço; Coelho Carvalho, Kátia. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1990.
- Siqueira, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso: ensino de jovens e adultos*. Cuiabá, SEDUC, 1997.
- *História de Mato Grosso: seleção de conteúdo para o concurso público do governo de Mato Grosso*, Cuiabá, Entrelinhas, 2009.
- Soares, Andréa de Almeida Rosa; Novicki, Victor. "Educação ambiental através de livros didáticos de história do segundo segmento do ensino fundamental". In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Nº 29, 2006, Caxambu, *Anais...* Caxambu, ANPED, 2006.
- Soffiati, Arthur. "A Ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História", *Revista Brasileira de História*, Vol. 9, Nº 19, São Paulo, set. 1985 / fev. 1990.
- Velho, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2003.
- Worster, Donald. "Para fazer história ambiental". *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991.
- *Transformaciones de la Tierra*. Panamá, Imprensa Universitaria, 2001.
- Zorzato, Osvaldo. "Alicerces da identidade mato-grossense". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Nº 408, Rio de Janeiro, 2000.

Notas

*Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–CNPq e Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais–Edital PRPq 01/2013.

¹ Gilberto Velho, *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 2003.

² Sobre memória e história ver: Norberto Luiz Guarinello, "Memória coletiva e história científica", *Revista Brasileira de História*, Nº 15, São Paulo, 1995, pp. 180-193.

³ Criado como Instituto Histórico de Mato Grosso-IHMT, posteriormente foi renomeado IHGMT. Sobre a identidade mato-grossense e o IHGMT, ver: Osvaldo Zorzato, "Alicerces da identidade mato-grossense", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Nº 408, Rio de Janeiro, 2000, pp. 419-435.

⁴ Ely Bergo de Carvalho, "Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992", *HALAC Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, Vol. 3, Nº 1, Belo Horizonte, set. 2013, pp. 155-179.

⁵ *Idem*.

⁶ *Idem*.

- ⁷ Michel Certeau, *A Escrita da História*, 2. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- ⁸ Maria Adenir Peraro; Fernando Tadeu de Miranda Borges; Otavio Canavarros; Vitale Joanoni Neto, "Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso", in: Raquel Glezer, (org.), *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*, São Paulo, Contexto, 2011, pp. 145-166.
- ⁹ Elizabeth Madureira Siqueira; Lourenço Alves da Costa; Kátia Coelho Carvalho, *O processo histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1990.
- ¹⁰ Peraro, *et. al.*, *op. cit.*, p. 152.
- ¹¹ Siqueira; Costa; Carvalho, *op. cit.*, p. 4.
- ¹² Cláudia Noêmia Souza, C. N. Souza: *depoimento*, Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, [7 dez. 2009], Cuiabá, 2009.
- ¹³ Em pesquisa sobre as representações de natureza de professores que atuam na rede de ensino público em Cuiabá, foi possível constatar, por meio de entrevistas de história oral, que os professores se pautam para elaborar suas aulas da História de Mato Grosso principalmente nos trabalhos da professora Elizabeth Madureira Siqueira. Outra autora lembrada pelos professores foi Else Dias de Araújo Cavalcante. Ver: Ely Bergo de Carvalho, "A natureza não aparecia nas aulas de História": lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História", *História Oral*, Vol. 15, Nº 1, jan./jun. 2012, pp. 357-379.
- ¹⁴ Elizabeth Madureira Siqueira, *Revivendo Mato Grosso: ensino de jovens e adultos*, Cuiabá, SEDUC, 1997, p. 3.
- ¹⁵ Rubens de Mendonça, "O IHGMT e o desejo de ser cretino", *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, Nº 1926, 01 ago. 1976, Arquivo da Casa Barão do Melgaço (IHGMT).
- ¹⁶ *Idem*.
- ¹⁷ Selva Guimarães Fonseca, *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*, 5. ed., Campinas, Papirus, 2005, p. 54.
- ¹⁸ Elizabeth Madureira Siqueira. E. M. Siqueira: *depoimento*. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, [23 maio 2012], Cuiabá, 2012.
- ¹⁹ Há que se considerar ainda o material apostilado, que não foi abordado na pesquisa. A própria professora Elizabeth M. Siqueira publica esse tipo de material. Ver: Elizabeth Madureira Siqueira, *História de Mato Grosso: seleção de conteúdo para o concurso público do governo de Mato Grosso*, Cuiabá, Entrelinhas, 2009.
- ²⁰ Marcos Amaral Mendes, M. A. Mendes: *depoimento*, Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, [09 nov. 2012], Cuiabá, 2012.
- ²¹ *Hino de Mato Grosso: canção mato-grossense*, Dirigido: Barbara Fontes, Roteiro: Barbara Fontes, Produção: SEBRAE-MT., Brasil, [s.d.], (duração 7:52 min.), Gênero: videoclipe, Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EndWQPsoV3o>, Acesso em: 22 ago. 2011.
- ²² David Harvey, *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 11. ed., São Paulo, Loyola, 2002 e Carlos Walter Porto-Gonçalves, "A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios", *INTERthesis*, Vol. 9, Nº 1, Florianópolis, jan./jun., 2012, pp. 16-50.
- ²³ Siqueira, *Revivendo Mato Grosso...*, *op. cit.*, p. 3.
- ²⁴ Cleber Alves Pereira Júnior, *Rastros de um folgado de roda: práticas e significados do cururu na Cuiabá da segunda metade do século XIX*, Dissertação Mestrado em História Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá, 2010.
- ²⁵ Eric Hobsbawm; Terence Ranger, (orgs.), *A invenção das tradições*, 6. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2008.
- ²⁶ Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 2. ed., Rio de Janeiro, PD&A, 1998.
- ²⁷ Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*, 4. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- ²⁸ Elza Nadai, "O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva", *Revista Brasileira de História*, Vol. 13, Nº 25/26, São Paulo, set. 1992/ago. 1993, pp. 143-162.
- ²⁹ Siqueira, *Revivendo Mato Grosso...*, *op. cit.*, p. 3, (grifo meu).
- ³⁰ O livro de Elizabeth M. Siqueira, "História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais", tenta romper com tal lógica, pelo menos em seu título, pois valoriza os ancestrais "povos originários" ao invés de iniciar sua narrativa pela "civilizadora" e "fundadora" chegada dos Europeus.
- ³¹ Donald Worster, *Transformaciones de la Tierra*, Panamá, Imprensa Universitaria, 2001.
- ³² Siqueira, *Revivendo Mato Grosso...*, *op. cit.*, p. 117 e p. 131.
- ³³ Marcos Amaral Mendes, *História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares*, 4. ed., rev. e atualizada, Cuiabá, Cafarnaum, 2012, p. 55, pp. 67-68 e p. 122.
- ³⁴ *Ibidem*, pp. 126-127.
- ³⁵ *Ibidem*, p. 151.
- ³⁶ *Ibidem*, p. 152, (grifo meu).
- ³⁷ *Ibidem*, p. 172.
- ³⁸ *Ibidem*, pp. 219-220.
- ³⁹ Donald Worster, "Para fazer história ambiental", *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991, pp. 189-190, pp. 198-215.
- ⁴⁰ José Augusto Drummond, "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa", *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991, pp. 177-197, p. 180.

- ⁴¹ Carvalho, "A natureza não aparecia nas aulas de História"..., *op. cit.*
- ⁴² Enrique Leff, "Construindo a História Ambiental da América Latina", *Esboços*, Vol. 13, Florianópolis, 2005, pp. 11-30, p. 14.
- ⁴³ Carvalho, "A natureza não aparecia nas aulas de História"..., *op. cit.*
- ⁴⁴ Livia Barbosa, "Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas", *Estudos Históricos*, Vol. 4, Nº 8, Rio de Janeiro, 1991, pp. 229-243, p. 242.
- ⁴⁵ Lylia da Silva Guedes Galetti, *Nos Confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, Tese Doutorado em História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2000, p. 322.
- ⁴⁶ *Ibidem*, pp. 320-321.
- ⁴⁷ Mato Grosso (Estado), Lei n. 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, *Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 17 abr. 1990, Disponível em: <http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/>, Acesso em: 22 maio 2011.
- ⁴⁸ Mendes, 2012, *op. cit.* (entrevista).
- ⁴⁹ Ao menos esta era a percepção de Souza, *op. cit.* Sendo que todos os indícios apontavam para tal tendência.
- ⁵⁰ O governo, por sua vez, parece ter se apropriado da proposta até então defendida por uma classe média autóctone, também reagindo às mudanças geradas pelo processo de migração, em um movimento organizado em torno do que foi denominado "muxirum cuiabano". Ver: Silvia Ramos Bezerra, "Contradições culturais do cortejo triunfante da modernidade em Cuiabá", *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Nº 3, Uberlândia, jul./ago./set., 2008, pp. 1-13.
- ⁵¹ Mendes, 2012, *op. cit.*, p. 266.
- ⁵² Porto-Gonçalves, *op. cit.*, p. 35. Enrique Leff, *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- ⁵³ Else Dias de Araújo Cavalcante, *História de Mato Grosso: para concurso e exames vestibulares*, Cuiabá, 2006.
- ⁵⁴ Bezerra, *op. cit.*
- ⁵⁵ Carvalho, "Uma História a serviço da destruição?...", *op. cit.*, p. 166.
- ⁵⁶ Siqueira, 2012, *op. cit.*, (entrevista), (grifo meu).
- ⁵⁷ Andréa de Almeida Rosa Soares; Victor Novicki, "Educação ambiental através de livros didáticos de história do segundo segmento do ensino fundamental", In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Nº 29, 2006, Caxambu, *Anais... Caxambu, ANPED*, 2006.
- ⁵⁸ Siqueira, 2012, *op. cit.*; Mendes, 2012, *op. cit.*, (entrevista); Else Dias de Araújo Cavalcante, *E. D. C. de Araújo: depoimento*, Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, [24 maio 2012], Cuiabá, 2012.
- ⁵⁹ Fonseca, *op. cit.*; Arthur Soffiati, "A Ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História", *Revista Brasileira de História*, Vol. 9, Nº 19, São Paulo, set. 1985 / fev. 1990, pp. 43-56.